



Número: **0600681-38.2018.6.16.0000**

Classe: **REPRESENTAÇÃO**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Juiz Auxiliar - Tito Campos de Paula**

Última distribuição : **18/07/2018**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Direito de Resposta**

Objeto do processo: **Representação por prática de divulgação sabidamente inverídica aforada por Marco Aurélio Ribeiro em face do jornal eletrônico Metropolitano Norte e da respectiva responsável, Viviane Mara de Oliveira, com fundamento no artigo 58 da Lei nº 9.504/1997 e na Resolução TSE nº 23.547/2017, alegando, em síntese, que em 16/7/2018, o jornal Metropolitano Norte, por meio do sítio virtual metropolitanonorte.com.br/wp/, publicou matéria intitulada - Não ganhou em São Paulo, agora tenta no Paraná, Marcos Brasil o candidato do prefeito do IPTU em Londrina -, divulgando fatos sabidamente inverídicos e depreciativos relacionados à pré-candidatura do Representante para Deputado Federal pelo Estado do Paraná nas eleições de 2018. Trecho veiculado: Segundo informações o convite veio após o nome do prefeito ficar com baixa popularidade, (devido ao maior aumento de IPTU da história de Londrina) e trazer Marco Brasil para morar em Londrina e sair candidato a Deputado Federal com o apoio do Prefeito poderia melhorar este cenário. Relata que a referida matéria, de modo inverídico, afirma que o Representante se mudou para a cidade de Londrina há poucos meses, tendo como motivo determinante o convite do Prefeito Municipal Marcelo Belinati, governante este que, preocupado com a baixa popularidade decorrente do aumento de IPTU de Londrina, estaria buscando ligar sua imagem à do Representante, que é pessoa conhecida no meio artístico nacional como Marco Brasil. Sustenta que reside no Paraná há anos, e que sua candidatura não tem qualquer relação à imagem do prefeito de Londrina (Requer a determinação judicial para que o jornal Representado se abstenha de divulgar informações sabidamente inverídicas sobre o representante, bem como que o jornal proporcione o direito de resposta e contraditório ao Representante, no mesmo espaço, meio e ordem da informação inverídica).**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARCO AURELIO RIBEIRO (REPRESENTANTE)		THIAGO DE ARAUJO CHAMULERA (ADVOGADO)	
Metropolitano Norte (metropolitanonorte.com.br/wp/)			
(REPRESENTADO)			
VIVIANE MARA DE OLIVEIRA (REPRESENTADO)			
Procurador Regional Eleitoral (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
43646	17/08/2018 19:25	<a href="#">Acórdão</a>	Acórdão



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**

**ACÓRDÃO N.º 54.093**

REPRESENTAÇÃO (11541) - 0600681-38.2018.6.16.0000 - Londrina - PARANÁ

RELATOR: TITO CAMPOS DE PAULA

REPRESENTANTE: MARCO AURELIO RIBEIRO

Advogado do(a) REPRESENTANTE: THIAGO DE ARAUJO CHAMULERA - PR62203

REPRESENTADO: METROPOLITANO NORTE (METROPOLITANONORTE.COM.BR/WP/), VIVIANE MARA DE OLIVEIRA

Advogado do(a) REPRESENTADO:

Advogado do(a) REPRESENTADO:

**EMENTA**

**EMENTA: RECURSO ELEITORAL – REPRESENTAÇÃO - DIREITO DE RESPOSTA - SENTENÇA DE EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO - AÇÃO INTERPOSTA ANTES DA ESCOLHA DOS CANDIDATOS EM CONVENÇÃO PARTIDÁRIA - ARTIGO 58 DA LEI Nº 9.504/97 - INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL RECONHECIDA - AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - RECURSO NÃO PROVIDO**

1. Somente com a realização das convenções partidárias é que é assegurado o direito de resposta no âmbito desta Justiça Especializada, nos termos do artigo 58 da Lei nº 9.504/1997. Incompetência da Justiça Eleitoral reconhecida, com a extinção do feito sem julgamento de mérito.
2. Recurso não provido.

**I – RELATÓRIO**



Trata-se de recurso (ID 29204) interposto por Marco Aurélio Ribeiro em face da sentença de extinção sem julgamento de mérito (ID 29059), pela qual se reconheceu a falta de competência da Justiça Eleitoral para conhecer da Representação de Direito de Resposta ajuizada pelo recorrente em face do Jornal Metropolitano Norte e Viviane Mara de Oliveira.

Ao ajuizar a representação eleitoral (ID 28736) objetivando direito de resposta em face do jornal eletrônico METROPOLITANO NORTE ([metropolitanonorte.com.br/wp/](http://metropolitanonorte.com.br/wp/)), o ora recorrente insurgiu-se contra a publicação realizada pelo jornal representado em 16/07/2018 com o título "Não ganhou em São Paulo, agora tenta no Paraná, Marcos Brasil o candidato do prefeito do IPTU em Londrina", relacionada à alegada pré-candidatura do representante para Deputado Federal pelo Estado do Paraná nas eleições deste ano de 2018.

Agora, em sede de recurso, alega que a Lei 9.504/97 e a Resolução 23.547/17 podem ser aplicadas em período pré-eleitoral, tendo em vista que com o advento da Lei 13.165 de 29 de setembro de 2015 passou a ser permitida uma gama de atos que outrora eram considerados propaganda antecipada, bem como passou-se a admitir que manifestações pejorativas de cunho exclusivamente eleitoral antes do dia 15 de agosto também sejam consideradas como atos negativos de pré-campanha.

Sustenta que, ainda que se possa admitir a possibilidade de eventual retratação cível perante a Justiça Comum, não haveria dúvidas que a intenção da matéria é exclusivamente desgastar a imagem do representante no campo eleitoral, com reflexos diretos no pleito de 2018.

Pugna pelo recebimento e provimento do recurso Eleitoral, para que seja determinado ao jornal "Metropolitano Norte" que se abstenha de divulgar informações sabidamente inverídicas sobre o representante, bem como, proporcione o direito de resposta e contraditório ao representante, no mesmo espaço, meio, e ordem da informação inverídica.

Intimados, os recorridos não se manifestaram.

A Procuradoria Regional Eleitoral, manifestou-se (ID 29335) pelo conhecimento e desprovimento do recurso.

É o relatório.

## II – VOTO

O recurso preenche os requisitos de admissibilidade merecendo, pois, conhecimento.

Contudo, não procede a irrisignação do recorrente.

Ainda que o recorrente possua razão quanto a aplicabilidade da Lei 9.504/97 e da Resolução 23.547/17 também no período pré-eleitoral em relação a interpretação do que possa se configurar como ato de pré-campanha, inclusive no que se refere à propaganda negativa, o fato é que a competência da Justiça Eleitoral para analisar representações por direito de resposta inicia-se apenas após a escolha de candidatos em convenção.

É o consta de forma bastante cristalina no artigo 58 da Lei 9.504/97:



"Art. 58. A partir da escolha de candidatos em convenção, é assegurado o direito de resposta a candidato, partido ou coligação atingidos, ainda que de forma indireta, por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, difundidos por qualquer veículo de comunicação social.

§ 1º O ofendido, ou seu representante legal, poderá pedir o exercício do direito de resposta à Justiça Eleitoral nos seguintes prazos, contados a partir da veiculação da ofensa:

I - vinte e quatro horas, quando se tratar do horário eleitoral gratuito;

II - quarenta e oito horas, quando se tratar da programação normal das emissoras de rádio e televisão;

III - setenta e duas horas, quando se tratar de órgão da imprensa escrita;

IV - a qualquer tempo, quando se tratar de conteúdo que esteja sendo divulgado na internet, ou em 72 (setenta e duas) horas, após a sua retirada. (Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015) (Não destacado no original)

Assim, considerando que a presente ação foi ajuizada em 16 de julho de 2016, portanto antes de iniciado o período das convenções partidárias, ocorridas entre 20 de julho a 05 de agosto nos termos do artigo 8º da Resolução nº 23.548/2017, constata-se a incompetência absoluta da Justiça Eleitoral.

Verificando-se a ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, a extinção do feito é medida que se impõe, devendo ser mantida a sentença pelos seus próprios fundamentos, cujo trecho se transcreve:

(...)

Da simples leitura do dispositivo acima transcrito, verifica-se que o legislador estabeleceu, de forma precisa, como marco inicial para a propositura da respectiva representação no âmbito da Justiça Eleitoral, a escolha em convenção partidária, sendo que, de acordo com o artigo 8º da Resolução nº 23.548/2017, o referido período está compreendido entre 20 de julho a 5 de agosto de 2018.

Todavia, verifica-se que a representação em questão foi ajuizada em 16 de julho de 2018, ou seja, quando o representante sequer havia sido escolhido em convenção partidária para ser candidato ao cargo de Deputado Federal nas eleições de 2018, situação que retira a competência da Justiça Eleitoral para processar e apreciar a presente representação, o que não afasta a faculdade de o representante pleitear perante a Justiça Comum a reparação que entende ter direito.

Com efeito, constatada a incompetência absoluta, verifica-se a ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sendo que extinção do feito é medida que se impõe.

Os Tribunais Regionais Eleitorais têm adotado este posicionamento, conforme se infere dos seguintes julgados, o quais também foram citados na fundamentação da sentença:

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2016. DIREITO DE RESPOSTA. INTERNET. SENTENÇA DE EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, EM RAZÃO DA ILEGITIMIDADE AD CAUSAM. AÇÃO INTERPOSTA ANTES DA ESCOLHA DOS CANDIDATOS EM CONVENÇÃO



**PARTIDÁRIA. IMPOSSIBILIDADE DE SE APLICAR O ARTIGO 58 DA LEI Nº 9.504/97. MARCO INICIAL PARA O EXERCÍCIO DE DIREITO DE RESPOSTA NÃO RESPEITADO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE CONSTITUIÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.** (TRE-SP - RECURSO nº 2482, Acórdão de 15/09/2016, Relator(a) ANDRÉ GUILHERME LEMOS JORGE, Publicação: DJESP - Diário da Justiça Eletrônico do TRE-SP, Data 23/9/2016)

Recurso. Eleições 2016. Direito de resposta. Informação inverídica e/ou ofensiva. Propaganda eleitoral extemporânea. Imprensa escrita. Jornal e internet. Improcedência. **Somente com a realização das convenções partidárias é que é assegurado o direito de resposta no âmbito desta Justiça Especializada. Incompetência da Justiça Eleitoral. Direito de resposta exercitável perante a Justiça Comum.** Não-configuração de propaganda eleitoral extemporânea negativa. Recurso não provido. (TRE-MG - RECURSO ELEITORAL nº 2369, Acórdão de 23/08/2016, Relator(a) PAULO ROGÉRIO DE SOUZA ABRANTES, Publicação: PSESS - Publicado em Sessão, Data 23/09/2016)

**ANTES DA REALIZACAO DE CONVENCAO PARTIDARIA PARA ESCOLHA DE CANDIDATOS, FALECE COMPETENCIA A JUSTICA ELEITORAL, PARA CONHECER E JULGAR PEDIDO DE DIREITO DE RESPOSTA, FORMULADO POR VIRTUAL CANDIDATO, QUE DEVERA FORMULA-LO PERANTE A JUSTICA COMUM, COMPETENTE, INCLUSIVE E COM EXCLUSIVIDADE, PARA JULGAR PLEITOS RELATIVOS A DANO MORAL, A OFENSA E A PRETENSAS OFENSAS VEICULADAS POR ORGAO DA IMPRESA ESCRITA.** (TRE/MT - RECURSO DE DECISAO DOS JUIZES ELEITORAIS nº 25, Acórdão nº 11789 de 12/05/1998, Relator(a) IVAN SZELIOWSKI, Publicação: DJ - Diário de Justiça, Data 15/05/1998, Página 23)

Destaca-se que o reconhecimento da incompetência da Justiça Eleitoral, não afasta a faculdade de o representante pleitear perante a Justiça Comum a reparação que entende ter direito.

### **III – DISPOSITIVO**

Em face do exposto, voto no sentido de que esta Corte negue provimento ao recurso para o fim de manter a sentença de extinção do feito sem resolução de mérito, com fulcro no artigo 485, IV, do Código de Processo Civil.

Curitiba, 16 de agosto de 2018.

**DES. TITO CAMPOS DE PAULA – RELATOR**



Proclamação da Decisão

À unanimidade de votos, a Corte conheceu do recurso, e, no mérito, negou-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.

Curitiba, 16/08/2018

RELATOR(A) TITO CAMPOS DE PAULA



Assinado eletronicamente por: TITO CAMPOS DE PAULA - 17/08/2018 19:25:00

<https://pje.tre-pr.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18081714421985800000000042573>

Número do documento: 18081714421985800000000042573